

Meio: Jornal Expresso

Data: 17/08/2023

PSD fica longe de uma reforma fiscal, assinalam especialistas em impostos



Ex-líder Marques Mendes, à esquerda de Montenegro, e Carlos Moedas, à direita Luis Branca

Fiscalistas concordam que a carga fiscal tem que ser reduzida, mas sinalizam que as cinco medidas propostas pelo maior partido da oposição ficam aquém do que deve ser feito

HÁ UMA HORA



Ana Sofia Santos
Jornalista

Mais do que protagonizarem uma reforma fiscal, as propostas relativas aos impostos apresentadas pelo PSD sinalizam a necessidade de se olhar, com profundidade e de forma global, para os problemas de que padece o sistema tributário português e trabalhar nas soluções. Três fiscalistas – Rogério Fernandes Ferreira, Paulo Nuncio e Luís León – ouvidos pelo **Expresso** a propósito das cinco medidas de carácter fiscal defendidas pelo maior partido da oposição concordam que a carga fiscal deve baixar, mas há dúvidas sobre o alvo, o alcance, a forma e o momento escolhidos pelo PSD, em particular no que diz respeito ao corte no IRS, no valor de 1.200 milhões de euros.

Coube a Luís Montenegro, líder do PSD, dar o pontapé de partida na Festa do Pontal, no Algarve, com o anúncio de uma redução no IRS, um impulso no IRS Jovem, a atualização anual obrigatória dos escalões do imposto à inflação, a isenção de tributação dos prémios por desempenho ou produtividade, bem como o escrutínio pela Assembleia da República dos excedentes orçamentais.

Depois, na quarta-feira, dia 16, [as medidas foram detalhadas pelo partido e divulgado um documento com o título diz 'Baixar os Impostos Já! Uma Reforma Fiscal para Portugal'](#).

A redução no IRS é caracterizada como a medida mais importante e prevê uma redução diferenciada nas taxas marginais do imposto até ao oitavo escalão, inclusivamente, ficando de fora quem está no último patamar da escada do IRS. No total, contabiliza o PSD, os cortes sugeridos iriam gerar 1.200 milhões de euros para os bolsos dos contribuintes portugueses. Já em 2023, pois a intenção do PSD é que a redução do IRS seja efetivada ainda este ano.

Além disso, não vê como seria possível esta redução ser operacionalizada já em 2023. “Os deputados não podem, por sua iniciativa, diminuir as taxas do IRS com base num putativo excedente orçamental sem ferir a lei-travão e a Constituição, pois esta inibe todas as iniciativas legislativas dos deputados que aumentem a despesa ou que reduzam a receita – sem distinguir – durante a execução orçamental, inibindo-os de mexer no equilíbrio orçamental que previamente aprovaram sem prévia iniciativa do Governo (a quem cabe governar)”, faz notar o especialista em Direito Fiscal. A este respeito, no documento com as medidas, o PSD mostra-se convicto da legitimidade desta pretensão: “a medida agora proposta pelo PSD para 2023, ao determinar uma variação da receita de IRS que é inferior ao aumento que se está a registar face ao previsto no OE 2023, é completamente consumida e compensada por este excesso, e garante que não há, no ano económico em curso, uma diminuição das receitas previstas no Orçamento”.

Já para Paulo Nuncio, que foi secretário de Estado dos Assuntos Fiscais no Governo PSD/CDS-PP, liderado por Pedro Passos Coelho, não lhe parece que existissem problemas com um corte no IRS quando o ano está a terminar, “principalmente, se esta redução tiver efeitos retroativos a janeiro deste ano”, sinaliza. Na sua opinião, as propostas do PSD vão no bom sentido, mas, acrescenta, “**penso que é possível e desejável ir mais longe**”, abrangendo todos os escalões, sem exceção, e até mais do que duplicando a poupança para os contribuintes.

Foi governante na altura do “enorme aumento de impostos” de Vítor Gaspar, cuja equipa integrou e diz que, hoje, “é fundamental reduzir o IRS porque as famílias portuguesas pagaram em 2022 mais 3 mil milhões de euros de IRS do que tinham pago em 2015, último ano do governo PSD/CDS-PP – 12.700 milhões de euros para 15.700 milhões, respetivamente”.

Paulo Nuncio lembra que, “em 2022, o IRS pago pelas famílias sofreu um agravamento de 550 milhões de euros em resultado da decisão do governo PS de não atualizar os escalões do IRS à taxa de inflação” e nota que “Portugal tem hoje a mais alta carga fiscal da democracia (36,4% do PIB) e, mais grave, a carga fiscal sobre o trabalho ascende a uns impressionantes 42% do Produto Interno Bruto (PIB)”.

Por isso, entende “que o IRS deverá ser reduzido entre 2 mil milhões e 3 mil milhões de euros, e não apenas em 1.2 mil milhões de euros como propõe o PSD, de forma a que a receita de IRS volte aos níveis de 2015”, o que é possível “não só por causa do excedente fiscal, mas também se for acompanhada por uma necessária redução da despesa pública”.

E A DÍVIDA PÚBLICA?

Por sua vez, o fiscalista Luís León começa por questionar o conceito de “excedente orçamental” referido pelo PSD como sendo a ‘almofada’ que permite acomodar os 1.200 milhões de euros a menos na receita do IRS este ano. “Em primeiro lugar, **há que perceber o que é que significa excedente orçamental num contexto em que o rácio de dívida pública no PIB continua acima dos 100%**. Se quisermos seguir um rumo de contas certas devemos conseguir reduzir o nível da dívida pública para o patamar dos 60% - que só foi colocado em suspenso por causa do excesso de endividamento dos países para darem resposta à pandemia de covid-19, mas que não se trata de um dogma, mas sim de um mecanismo indispensável para, na ausência de um governo europeu central, se acautelarem contas públicas saudáveis”, diz ao Expresso Deixa o alerta: “Se queremos continuar a ser autónomos, temos que continuar a reduzir a dívida e ter défices controlados. Essa necessidade não dará grande margem para uma redução de impostos que não tenha uma compensação na receita, através de outras vias”.

O fiscalista e co-fundador da consultora Ilya considera que a atenção dos decisores deve ter em conta uma realidade fiscal mais abrangente, em particular, os impostos indiretos, que, em regra, são menos percebidos pelas pessoas e acabam por ser instrumentos 'fáceis' para aumentar a carga fiscal, sem grande contestação. Luís León sustenta que esta redução no IRS “apesar de ter o efeito de uma maior disponibilidade de dinheiro nas carteiras das famílias, acaba por ser ‘absorvida’, depois, no consumo, por exemplo. Não só através da subida dos preços, mas também dos impostos indiretos, nomeadamente o IVA que permanece nos 23%, das taxas do carbono, do ISP [combustíveis] ou do IMI [imóveis] e do IMT [antiga Sisa]”. Recorde-se, aliás, “que a eliminação da sobretaxa do IRS teve como contrapartida o aumento do ISP, IS e do Imposto sobre o Tabaco”.

Além disso, continua o especialista em impostos, “também **não podemos falar numa reforma fiscal quando está em causa, sobretudo, a descida do IRS**”.

Quanto a sugestões de outras propostas que deveria ser, igualmente, contempladas pelo PSD, Rogério Fernandes Ferreira menciona “as empresas” e a eliminação das contribuições extraordinárias que incidem sobre determinados sectores de atividade, bem como “a revisão das garantias e dos direitos dos contribuintes” – “no sentido do seu reforço e simplificação” – e uma “**reavaliação global dos benefícios fiscais**” – com base num critério “custo-benefício e a verificação das finalidades extrafiscais a que aqueles se dirigem, alargando a base da tributação e a igualdade tributária”.

Luís León sinaliza que se deve olhar para o facto de mais de 40% dos agregados familiares não pagarem IRS porque não têm rendimentos suficientes para liquidarem imposto. “Os vencimentos baixos são o problema”, considera, acrescentando que “o efeito da subida do salário mínimo nacional foi aproximar esta retribuição do salário médio, à custa do congelamento das remunerações que as empresas pagam aos trabalhadores mais qualificados”.

A reintrodução do quociente familiar (eliminado quando o primeiro Governo de António Costa assumiu o poder) parece a Paulo Nuncio uma boa medida que poderia constar do programa do PSD. “Seria muito relevante retomar as medidas de alívio fiscal para as famílias com filhos, até porque, como referiu recentemente a OCDE, o agravamento da carga fiscal em Portugal nos últimos anos atingiu de forma mais severa precisamente estas famílias”. Para isso, o antigo secretário de Estado fala no **regresso do quociente familiar**, criado na reforma do IRS de 2015, e que, “de acordo com os dados oficiais da Autoridade Tributária, permitiu reduzir o IRS pago por todas as famílias com filhos, principalmente as da classe média”.